

O IMIGRANTE COMO PARADOXO: ENTRE A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA E O INIMIGO CONSTRUÍDO

Vivian Rafaella Prestes

Doutora em Psicologia pela Unesp e docente na UNICV
psicologa.vivian@hotmail.com

Alexandre Luís Ponce Martins

Universidade Estadual de Maringá – UEM e Universidade Cesumar - UniCesumar
poncemartins@hotmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a mobilidade humana como uma consequência intrínseca do modo de produção capitalista, enfocando a condição paradoxal do imigrante no contexto contemporâneo. Embora constitua uma força indispensável para a dinâmica econômica global, o imigrante é simultaneamente alvo de estigmatização, exclusão e políticas restritivas, fenômeno que reflete as contradições estruturais das sociedades capitalistas. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que integra perspectivas geográficas, sociais, políticas e psicossociais, o estudo compreende o ser humano como agente ativo na transformação do espaço, mediado por determinações materiais e motivações subjetivas. O artigo dialoga com os conceitos de “vida nua” de Giorgio Agamben e de “necropolítica” de Achille Mbembe para aprofundar a compreensão sobre a instrumentalização econômica e a desumanização política do imigrante. Destaca-se como a mobilidade é regulada não apenas como um mecanismo de exploração, mas também como tecnologia de governo que legitima exclusão e vulnerabilização, configurando as fronteiras contemporâneas em dispositivos de controle seletivo e morte social. A análise inclui a construção discursiva do imigrante como ameaça social, econômica e cultural, enfatizando que a psicopolítica do medo age como ferramenta para manter hierarquias de poder e fragmentar a solidariedade. Por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa, o artigo sistematiza conceitos clássicos e contemporâneos para demonstrar que as transformações espaciais resultam de mediações históricas, sociais e subjetivas. Com isso, busca-se revelar a complexa dialética entre dependência econômica e rejeição política do imigrante, mostrando como esse paradoxo atualiza antigos mecanismos de dominação e desigualdade no espaço global.

Palavras-chave: Geografia. Psicologia. Mobilidade. Política. Necropolítica.

THE IMMIGRANT AS PARADOX: BETWEEN ECONOMIC EXPLOITATION AND THE CONSTRUCTED ENEMY

ABSTRACT: This article analyzes human mobility as an intrinsic consequence of the capitalist mode of production, focusing on the paradoxical condition of the immigrant in the contemporary context. Although constituting an indispensable force for the global economic dynamics, the immigrant is simultaneously a target of stigmatization, exclusion, and restrictive policies, a phenomenon that reflects the structural contradictions of capitalist societies. From an interdisciplinary approach that integrates geographic, social, political, and psychosocial perspectives, the study understands the human being as an active agent in the transformation of space, mediated by material determinations and subjective motivations. The article dialogues with Giorgio Agamben's concept of "bare life" and Achille Mbembe's concept of "necropolitics" to deepen the understanding of the economic instrumentalization and political dehumanization of the immigrant. It highlights how mobility is regulated not only as a mechanism of exploitation but also as a government technology that legitimizes exclusion and vulnerability, configuring contemporary borders as devices of selective control and social death. The analysis includes the discursive construction of the immigrant as a social, economic, and cultural threat, emphasizing the psychopolitics of guilt as a tool to maintain power hierarchies and fragment solidarity. Through qualitative bibliographic research, the article systematizes classical and contemporary concepts to demonstrate that spatial transformations result from historical, social, and psychic mediations. Thus, it seeks to reveal the complex dialectic between economic dependence and political rejection of the immigrant, showing how this paradox updates ancient mechanisms of domination and inequality in the global space.

Keywords: Geography. Psychology. Mobility. Politics. Necropolitics.

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade humana configura-se como uma das consequências do modo de produção capitalista, as quais estão inseridas no meio geográfico, individual e socioeconômico. O conceito pode ser traduzido por dinâmicas de atração e repulsão populacional, compreendidas também a partir do conceito de migração, articuladas tanto por ações estatais quanto por outros agentes. O esgotamento das possibilidades de reprodução do capital abre novas fronteiras de investimento, transformando a população em massa de manobra e recurso para a reprodução ampliada do capital.

Nesse aspecto, a mobilidade humana é um dos fenômenos sociais mais antigos e, simultaneamente, mais controversos da história. No contexto contemporâneo, a figura do imigrante assume um caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que se constitui como força indispensável à dinâmica econômica global, torna-se alvo de estigmatização, exclusão e

políticas restritivas. Essa ambivalência revela-se como um dos traços mais marcantes das sociedades capitalistas que, enquanto demandam mão de obra imigrante para setores precarizados e essenciais, constroem, concomitantemente, a imagem do imigrante como ameaça que perpassa a esfera econômica, cultural ou securitária.

Este artigo propõe analisar essa condição paradoxal a partir de uma abordagem geográfica, social e política, compreendendo o ser humano como agente ativo de transformação do espaço, cujas ações são mediadas tanto por determinações materiais quanto por motivações subjetivas. Nesse sentido, destaca-se a importância de considerar a dialética entre as práticas de mobilidade e as representações sociais que dela derivam, bem como os efeitos psicossociais e espaciais que essa dinâmica engendra. Essa dialética da imigração, que oscila entre a dependência econômica e a demonização política, revela não apenas as fissuras do capitalismo globalizado, mas também os mecanismos ideológicos que transformam trabalhadores precarizados em portadores simbólicos da culpa social.

A análise dialoga, ainda, com aportes teóricos que permitem aprofundar a compreensão do imigrante enquanto "vida nua", conceito desenvolvido por Giorgio Agamben (2010) e que nos auxilia como ferramenta para evidenciar que a figura do imigrante é, muitas vezes, reduzida à mera funcionalidade econômica, ao mesmo tempo em que é juridicamente marginalizada e politicamente convertida em inimigo construído. Para o autor, a vida nua representa a vida restrita em sua dimensão biológica e destituída de quaisquer direitos. Assim, o artigo busca destacar como as noções de exploração e exclusão se entrelaçam, atualizando antigos mecanismos de dominação sob novas formas, que marcam de maneira indelével a organização do espaço social contemporâneo.

Neste debate, as contribuições de Mbembe (2018 e 2021) são igualmente fundamentais, sobretudo com o conceito de necropolítica, que descreve o poder de decidir quem deve viver e quem pode morrer. Mbembe (2018) evidencia como as fronteiras contemporâneas se transformam em verdadeiros dispositivos de morte, onde a seletividade no acolhimento de migrantes revela uma hierarquização da vida humana baseada em critérios raciais, econômicos e geopolíticos. Assim, o controle da mobilidade, mais do que uma simples gestão administrativa, configura-se como uma tecnologia de governo que articula exploração e eliminação. A partir dessa perspectiva, o imigrante não apenas é explorado enquanto força de trabalho, mas também vulnerabilizado a tal ponto que sua vida pode ser descartada, seja

através de políticas de exclusão, seja pelo risco físico extremo imposto nas travessias fronteiriças.

Ao articular algumas reflexões de Agamben (2004 e 2010) e Mbembe (2018 e 2021), espera-se compreender como a figura do imigrante é constituída por meio de processos simultâneos de instrumentalização econômica e desumanização política, sendo fundamental para a reprodução das desigualdades no espaço global contemporâneo. Agamben colabora com a discussão ao propor as reflexões sobre a suspensão de direitos em nome da “segurança”. Mbembe, por sua vez, afirma que o Estado não apenas exclui o sujeito, mas ativa a morte de indesejáveis, seja por meio de deportações, negligência em fronteiras ou políticas racistas.

A estrutura do Estado-nação é, por natureza, excludente, pois não concede plena igualdade de direitos a todos os seres humanos. A própria existência desse modelo depende de fronteiras que separam “cidadãos” de “não cidadãos”, criando hierarquias de pertencimento e direitos. Essa estrutura é incapaz de garantir igualdade plena, pois a cidadania é colocada como privilégio territorial, logo, imigrantes se tornam corpos politicamente ilegítimos, dificultando o acesso dessas pessoas a direitos básicos como saúde e moradia. Enquanto a Declaração dos Direitos Humanos proclama valores universais, o Estado-nação os aplica de forma seletiva, o que demonstra o projeto intencional de exclusão.

A estigmatização do imigrante como “ameaça”, seja à segurança nacional, à economia ou à identidade cultural, não é um fenômeno espontâneo, mas uma estratégia política deliberada para manter hierarquias de poder e desviar a atenção de crises estruturais. Desde discursos que associam imigração à criminalidade, até políticas de fronteira militarizadas, a construção do “inimigo externo” serve a um propósito claro: fragmentar a solidariedade de classe, justificar a expansão do Estado penal e naturalizar a exploração laboral. A produção do medo ao imigrante é justamente uma ferramenta de instrumentalização para sustentar o controle social.

Para a organização deste trabalho, o texto inicia-se com uma discussão sobre a mobilidade, visando à compreensão teórica do fenômeno sob o viés da Geografia, para que, em um segundo momento, seja possível dedicar-se a uma leitura da percepção de como o imigrante é construído como fator de instabilidade socioeconômica por parte dos agentes locais. Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica como principal procedimento metodológico para a obtenção de informações secundárias. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas no campo da Geografia e das Ciências

Humanas, especialmente da Psicologia e Filosofia, com o objetivo de compreender o ser humano enquanto agente de transformação do espaço geográfico. A utilização de fontes teóricas visa à construção de um referencial que permita analisar criticamente as relações entre natureza, sociedade e subjetividade no processo de produção do espaço. Desse modo, a articulação entre os dados obtidos e os conceitos discutidos fundamenta-se na compreensão de que as transformações espaciais são resultado de mediações históricas, sociais e subjetivas.

2 MOBILIDADE POPULACIONAL E TRABALHO: ENTRE FLUXOS, FORÇAS E CONTRADIÇÕES DO CAPITAL

O ser humano, enquanto objeto de estudo da Geografia, assim como de outras ciências humanas, entre as quais se inclui a Psicologia e a Filosofia, deve ser compreendido como agente de interação e transformação do espaço geográfico. Sua capacidade de modificar a natureza e estabelecer relações sociais, também mediada por um conjunto de estruturas psíquicas, constitui a base do processo histórico. Essas mudanças, impulsionadas pelo trabalho, refletem-se na organização do espaço.

A partir dessa perspectiva, é pertinente destacar também a importância de considerar a subjetividade desse mesmo ser humano em suas ações, tanto no âmbito individual quanto coletivo, bem como as relações dialéticas que elas provocam no espaço social. Essa abordagem possibilita a compreensão de como as motivações, representações e contradições dos sujeitos influenciam, e ao mesmo tempo são influenciadas, pelas dinâmicas psicossociais e geográficas.

Se as noções de mobilidade estão intrinsecamente ligadas à dimensão temporal, é fundamental recuperar sua trajetória teórica no campo da Geografia, em especial na Geografia da População, área que mais dialoga com o tema. Para isso, analisam-se as articulações históricas que deram origem aos conceitos atualmente.

A mobilidade populacional não é um aspecto recente a ser abordado no meio acadêmico. De acordo com Mormul (2012), várias correntes da geografia consideraram o tema em distintas perspectivas. Sem embargo, vale salientar que é significativo para se compreender a temática criticamente as contribuições históricas anteriores à sistematização científica da geografia, tanto quanto à geografia da população quanto à própria mobilidade.

A mobilidade populacional tem sido abordada pela geografia sob diferentes perspectivas ao longo da história (MORMUL, 2012). É possível afirmar que já na Antiguidade, Platão e Aristóteles já discutiam as dinâmicas populacionais como fator estratégico, enquanto que, por outro lado, os romanos usavam o crescimento demográfico como uma das suas justificativas de expansão territorial.

Na Idade Média, a demografia foi influenciada por interpretações religiosas, embora o crescimento populacional fosse valorizado militarmente, como nas Cruzadas. O século XVIII trouxe a teoria malthusiana, que relacionava crescimento populacional e produção de alimentos, posteriormente criticada por sua limitação espacial (DAMIANI, 2012).

Marx (1996) ofereceu uma perspectiva distinta, analisando a população como resultado das relações capitalistas, introduzindo o conceito de "superpopulação relativa". No século XIX, Ratzel e La Blache, segundo Andrade (1987), abordaram o tema respectivamente pelas escolas determinista e possibilista, com diferentes enfoques metodológicos.

A virada crítica ocorreu com Foucault (2008), que inseriu a população no estudo do biopoder, analisando como as relações de poder moldam as dinâmicas populacionais. Essa abordagem permitiu entender a mobilidade como consequência estrutural do capitalismo, superando explicações individualistas.

Nessa conjuntura, a mobilidade se mostra um conceito essencial para analisar a dualidade homem-natureza, tanto a partir de uma visão sociogeográfica, quanto em um escopo individual. A mobilidade, enquanto vocábulo, pode ser definida como o movimento dos corpos no espaço, sendo, portanto, sujeita a qualquer espécie de deslocamento, humano ou não. Salienta-se que, no presente caso, considerar-se-á o que se denomina "mobilidade humana", que se refere ao movimento das pessoas a partir de motivações diversas, entre as quais se destaca a mobilidade humana.

A mobilidade da força de trabalho está presente na sociedade capitalista e possibilita dinamismo significativo no que se refere às trocas comerciais e, conseqüentemente, na reprodução do capital. Tratando-se de estudos de mobilidade, pode-se salientar primeiramente que o termo é tema de estudo de diversas disciplinas científicas, entre as quais pode-se citar sociologia, psicologia, demografia e economia, conforme discorre Rocha (1998). Esta ampla abordagem aplica uma dimensão transdisciplinar, que por sua vez permite uma visão mais ampla no que tange, principalmente, a articulação das ciências sociais.

A mobilidade humana se delinea a partir de três outras ordens de mobilidade: a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho, como afirma Rocha

(1998). A mobilidade física é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física. A primeira se caracteriza por movimentos entre sujeitos em grande escala, isto é, escala internacional, nacional, estadual e municipal; este tipo de deslocamento não considera a dimensão do cotidiano, pois são fluxos demográficos. A micromobilidade abrange o cotidiano, como deslocamentos para trabalho, escola, compras, entre outros. A mobilidade social se refere à mudança estrutural dentro das classes sociais, é um movimento vertical não concreto espacialmente, mas reflexivo consequentemente na territorialização do espaço. Este tipo de mobilidade é abordado comumente a partir das ciências sociais, contudo não deixa de ser objeto de estudo da geografia, pois suas consequências se materializam no espaço geográfico. Por fim, a mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivado pelos interesses econômicos do capitalismo, interesses que incentivam, mesmo que de forma inconsciente, o deslocamento de pessoas em função de trabalho.

É relevante ressaltar que, entre as formas de mobilidade já aqui retratadas, a mobilidade centrada no trabalho tangencia a temática aqui abordada de forma mais significativa. Mesmo que a macromobilidade e micromobilidade física ocorram a partir das relações de trabalho, analisadas separadamente, correspondem majoritariamente a dados quantitativos representados por linhas, setas e fluxos. Porém, se analisadas a partir de um pressuposto histórico e crítico, observa-se o quanto há interesse para os capitalistas e pressupõem a mobilidade forçada, que recai na mobilidade social e do trabalho.

Sobre a mobilidade, Becker (2006) destaca que o conceito foi objeto de análise sob várias interpretações, sendo que entre estas revelou dois modelos: um de julgamentos neoclássicos e outro de base neomarxista. Isto é, são estudos ou voltados a interpretações quantitativas pouco reflexivas ou, respectivamente, a abordagens críticas. Até os anos de 1970, a visão dos fluxos migratórios estava sedimentada nos movimentos individuais da população, onde as informações estatísticas da ciência demográfica se sobrepunham quanto aos fatos histórico-geográficos.

Entre os trabalhos que Becker (2006) considera como neomarxistas, está a principal produção de Gaudemar (1977). O economista francês retrata que o deslocamento da população está relacionado aos interesses do sistema capitalista de produção. A partir das ciências econômicas, ele contribui de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito de mobilidade. Para o autor, a mobilidade possui influência significativa no âmbito das relações de trabalho no sistema capitalista, isto é, a qualidade da força de trabalho coopera para o

surgimento de uma série de fenômenos de mobilidade, como por exemplo os trabalhos temporários, imigrações, movimentos pendulares, entre outros.

Contrapõe-se, portanto, às abordagens do modelo neoclássico a partir do momento que o capital passa a exercer uma espécie de "mobilidade forçada"; elimina-se a hipótese da decisão pessoal enquanto determinante para o deslocamento. Rocha (2008), a partir dessa leitura, acrescenta que a "mobilidade forçada" ocorre a partir dos interesses, ou enquanto consequência, do capitalismo e as condições para deslocamento podem também ser exógenas à vontade do trabalhador.

Gaudemar (1977) vai mais além, ele também indica que o capital influencia a maneira como os seres humanos estabelecem seus comportamentos; em meio aos interesses do sistema ocorre a mobilidade da força de trabalho. Neste sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade é, seria, mobilidade forçada.

Nesse aspecto, o entendimento de liberdade de escolha no ato de migrar seria uma situação de coação; a vontade de se deslocar é, na verdade, forçada. Isso se daria porque as medidas que coagem os trabalhadores a se mobilizarem não são tomadas em realidade pelos próprios migrantes. (GAUDEMAR, 1977).

Além das grandes empresas capitalistas, Gaudemar (1977) ressalta que medidas do Estado visam facilitar a repulsão ou atração de imigrantes de determinados pontos do território francês. As populações imigradas formam uma força de trabalho que se move, desloca-se de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo conforme a necessidade de seu trabalho.

Vale salientar que os estudos do autor estão relacionados temporalmente ao contexto dos anos 70, e que no contexto da França, atualmente há diferenças nas políticas públicas migratórias, e estas são ainda não tão significativas se comparadas às ações de grandes corporações, mas são aliadas quando se trata dos interesses do capital.

Os trabalhadores que vêm a se deslocar no espaço em função dos interesses capitalistas fazem parte de uma reserva de trabalhadores criada para serem utilizadas quando o capital necessitar. Este excedente de trabalhadores é chamado de exército de reserva; podem estar já inseridos na sociedade capitalista ou surgir a partir de novas relações de trabalho a partir da dinâmica homem e natureza, ou seja, neste último, o desenvolvimento de novas técnicas que podem vir a provocar desemprego.

Como exemplo, Becker (2006) descreveu o caso dos pequenos proprietários de terra que são expulsos do campo por meio de mudanças da sociedade capitalista, como

expropriação da terra via pressão de mercado ou surgimento de maquinários agrícolas. No caso, é criado um trabalhador livre para o exército de reserva, este fica latente até uma nova atividade o absorver, muitas vezes em outras localidades, o que tem como consequência a mobilidade do indivíduo.

Existe ainda aquele indivíduo que se encontra em situação de emprego irregular; esta população se encontra em situação precária no que diz às suas relações de trabalho, como condições instáveis e baixas remunerações. Muitas vezes na informalidade, estes trabalhadores também se deslocam em busca de trabalho, como exemplo alguns trabalhadores rurais que começaram a praticar a migração sazonal a partir da modernização da agricultura, conforme estabelece Ribeiro (2011), ao retratar a imigração de trabalhadores condicionados pela busca de trabalho com corte de cana de açúcar no Paraná.

As relações capitalistas transformaram de forma significativa o modo como as populações dependentes do sistema visam se deslocar a partir do espaço. Salienta-se aqui novamente que a mobilidade humana não tem gênese a partir do advento do capitalismo, visto que em sociedades da antiguidade ou mesmo aquelas que podemos chamar de primitivas também praticavam tal ação.

O que a mobilidade centrada no trabalho tem em comum com os antigos deslocamentos é a necessidade. Primitivamente, os povos se deslocavam em busca de alimentos, local seguro, terras férteis, entre outros; atualmente estas necessidades são produzidas externamente ao que se refere ao consciente do indivíduo. Este continua a carecer de alimentos e outras necessidades, contudo é influenciado a se mudar para locais específicos, onde ele acredita em uma maior possibilidade de suprir estas mesmas necessidades. (BECKER, 2006).

Além dos pressupostos destacados anteriormente, vale considerar que existe o tipo de mobilidade que não é forçada, de forma que os indivíduos neste caso adquirem o desejo de se deslocar a partir de um referencial que não necessariamente tenha a ver com as práticas do capital. Por exemplo, indivíduos que se deslocam para estudar ou em razão de oportunidades de melhor remuneração salarial. Neste último contexto, esclarece-se que o sujeito possui maior clareza quanto à sua escolha, ou seja, entre ficar ou se mover para o outro local; essa mesma escolha não alteraria significativamente sua qualidade de vida, o que não ocorre com o proletário que é explorado pelo sistema, muitas vezes não tem outra alternativa, ou migra ou tem uma piora significativa em seu modo de vida. Por vezes estas relações podem ocorrer de forma integrada, o que salienta a complexidade de tal relação.

Em síntese, esse tópico destacou a centralidade do ser humano como agente transformador do espaço, a ênfase na subjetividade e a relação dialética entre ações humanas e o espaço social. O ser humano, ao transformar o espaço por meio do trabalho, torna-se peça fundamental nas dinâmicas econômicas globais. O imigrante, nesse contexto, aparece como um agente de mobilidade essencial: ele se desloca para suprir demandas de trabalho, muitas vezes em setores precarizados ou marginalizados. A migração passa a ser não apenas uma resposta às contradições sociais e econômicas, mas também um fator que aprofunda essas contradições, à medida que o trabalhador imigrante é incorporado ao sistema produtivo de forma funcional, porém vulnerável, já que o espaço é moldado para absorver o imigrante como mão de obra, mas não como sujeito pleno de direitos.

3 DA SUBJETIVIDADE E DA MOBILIDADE AO INIMIGO CONSTRUÍDO

A subjetividade do imigrante, com suas motivações, afetos e representações, é constantemente tensionada pelas barreiras simbólicas e materiais que a sociedade de destino impõe. A mesma mobilidade que permite ao imigrante atuar como agente transformador do espaço é interpretada, muitas vezes, como uma ameaça: econômica (com discursos sobre concorrência por empregos), cultural (alteração de valores e costumes), e securitária (associação com criminalidade). Assim, cria-se uma representação social do imigrante como “inimigo construído”, que não corresponde necessariamente à sua atuação concreta, mas a uma narrativa politicamente útil para reforçar fronteiras simbólicas e justificar políticas de exclusão. A mobilidade, portanto, é ambivalente: dinamiza o espaço e aprofunda sua complexidade, mas também alimenta medos e discursos xenofóbicos que retroagem sobre o espaço social e político.

Nesse contexto, o que se destaca é a operação da lógica do discurso anti-imigrante sustentada na ameaça. Essa narrativa combina medo, ressentimento e exclusão, transformando fronteiras em dispositivos não apenas de controle territorial, mas de produção de identidades nacionais. A xenofobia deixa de ser apenas um preconceito difuso e passa a estruturar políticas públicas e discursos oficiais. Tem-se como exemplo desse movimento o trumpismo, o qual ganha força ao articular uma geopolítica da exclusão com uma psicoeconomia do medo, legitimando práticas de segregação e criminalização dos corpos migrantes.

A geografia crítica, como demonstram autores como Harvey (2004) em "O Novo Imperialismo" e Massey (2008) em "Pelo Espaço", ajuda a entender como a fronteira se tornou um dispositivo biopolítico que não apenas regula fluxos, mas também produz corpos indesejáveis – como os milhares de latino-americanos detidos em centros superlotados ou as crianças separadas de suas famílias sob a política de "zero tolerance" (ACLU, 2023). Parte dessa xenofobia é sustentada pelo discurso "eles estão roubando nossos empregos". Tal narrativa sintetiza uma das mais poderosas fantasias ideológicas que fundamenta a construção do imigrante como inimigo nas sociedades contemporâneas. Mais do que uma constatação empírica, essa expressão opera como um mito mobilizador, estruturado não pela análise racional das dinâmicas econômicas, mas pela necessidade simbólica de produzir um outro ameaçador, sobre o qual se possa projetar ansiedades e frustrações coletivas.

A ideia de que o imigrante "rouba" o emprego naturaliza a concepção de que há uma propriedade prévia, uma espécie de direito originário ao trabalho que seria violado por quem chega de fora. Essa metáfora do roubo sustenta uma visão competitiva e escassa do mercado de trabalho, na qual a presença do outro não é percebida como cooperação ou diversidade, mas como uma ameaça à segurança material do "nós". No entanto, essa fantasia ignora ou distorce os dados econômicos: estudos diversos mostram que imigrantes frequentemente ocupam postos de trabalho rejeitados pela mão de obra local, contribuem para o crescimento do PIB e são essenciais em setores como agricultura, construção civil e serviços. A persistência do discurso não se explica, portanto, por sua veracidade empírica, mas por sua função ideológica: a de construir um inimigo identificável para angústias difusas.

Neste processo, o imigrante deixa de ser visto como um sujeito concreto, com história, desejos e direitos, e passa a ser reduzido à figura abstrata e homogênea do "invasor" ou "usurpador". A produção do inimigo é um mecanismo político-cultural que transforma diferenças em ameaças, seja para justificar políticas de exclusão, seja para reforçar identidades coletivas fragilizadas. Achille Mbembe (2021), por exemplo, mostra como, nas sociedades contemporâneas, o medo é um recurso mobilizado para reforçar fronteiras não apenas geográficas, mas simbólicas, e que separam os "nós" dos "outros".

Na obra "Políticas da Inimizade", Mbembe (2021) enfatiza a estratégia dos dispositivos políticos e retóricos que, fundamentados na diferença racial, reconstroem sistematicamente figuras do "inimigo" a serem eliminadas. A contemporaneidade das questões tratadas na obra, desde as controvérsias sobre fronteiras e refugiados até as chamadas guerras ao terror,

imprime ao texto o caráter urgente de um pensamento dedicado a dissecar os conflitos de nosso tempo, propondo uma interpretação dissidente que racializa o olhar sobre as manifestações de hostilidade e antagonismo nas práticas políticas atuais.

Mbembe (2021) desenvolve uma análise perspicaz que conecta o avanço dos nacionalismos xenófobos, os racismos institucionalizados e a supressão de garantias individuais em nome da "proteção civilizatória". Seu questionamento central dirige-se ao tipo de civilização que se pretende construir em uma era marcada pela proliferação de enclaves, conflitos armados, barreiras migratórias e aspirações segregacionistas: um paradigma que se sustenta na retórica securitária e na normalização global do estado de exceção, alimentado por uma necropolítica de raízes coloniais e por formas contemporâneas de dominação territorial que reproduzem a lógica extrativista e o extermínio de populações subalternizadas.

Dessa forma, o autor desvela as continuidades entre os mecanismos históricos de opressão colonial e as configurações atuais do poder, demonstrando como as estruturas de dominação se reinventam sob novos pretextos, mantendo intacta sua violência fundamental contra certos grupos humanos considerados descartáveis. O imigrante, por exemplo, convertido em inimigo, passa a ocupar o lugar de um bode expiatório, cuja expulsão, vigilância ou contenção são apresentadas como garantias de proteção social, econômica e cultural. Mbembe critica as políticas migratórias contemporâneas, especialmente na Europa e nos EUA, e aponta que a securitização das fronteiras é uma forma de necropoder, onde o Estado decide quem merece proteção e quem pode ser abandonado à morte (MBEMBE, 2018).

Essa fantasia ideológica do imigrante como ameaça também opera como uma forma de ocultamento: desloca a atenção das verdadeiras causas do desemprego, como a automação, as políticas neoliberais, a financeirização da economia, para um culpado fácil, que pode ser identificado, vigiado e, eventualmente, deportado. Assim, o combate ao imigrante, sob o pretexto de defesa do emprego nacional, acaba mascarando os mecanismos estruturais que precarizam o trabalho e aumentam a desigualdade.

Por fim, o delírio de que "eles estão roubando nossos empregos" reforça o fechamento identitário e o enfraquecimento da solidariedade internacional, impedindo que se veja o imigrante como um parceiro potencial na construção de sociedades mais justas e inclusivas. Em vez disso, ele é transformado em um outro indesejável, cuja presença é vivida como disfuncional e cuja ausência se converte em imperativo político. Desconstruir essa fantasia exige não apenas argumentos racionais e dados empíricos, mas também um trabalho simbólico e ético: reconhecer o outro não como ameaça, mas como possibilidade de enriquecimento

mútuo; e perceber que a verdadeira segurança social não se constrói pela expulsão ou rejeição, mas pela ampliação dos direitos e das garantias para todos, independentemente de sua origem.

Outro autor que contribui com essa discussão, e que foi referência de Mbembe, é Agamben (2010). O autor recupera a figura do homo sacer, um conceito originário do direito romano arcaico. Na Lei das XII Tábuas (450 a.C), mais precisamente na Tábua VIII (sobre delitos), há uma determinação peculiar: se um patrono causasse dano a seu cliente, este seria declarado “sacer esto”. Isso significa que ele poderia ser morto impunemente, como uma oferenda aos deuses, mas não poderia ser sacrificado ritualmente. O paradoxo do homo sacer se constitui no fato de que ele é “matável”, ou seja, qualquer um pode tirar sua vida sem consequências jurídicas, mas “insacrificável”, já que sua morte não tem valor religioso nem legal. O homo sacer é excluído tanto da esfera humana quanto da divina, ele existe em um limbo entre o jurídico e o existencial.

Agamben (2010) vê nessa figura do homo sacer um arquétipo do poder soberano, que ainda hoje se repete em formas modernas de exclusão, como nos casos dos imigrantes que têm suas vidas descartadas pelo sistema. Para esse autor, o homo sacer é a encarnação da vida nua, reduzida à pura sobrevivência e sem direitos nem pertencimento. Agamben (2010) alerta que essa lógica não é um resquício do passado, mas o cerne da política moderna. Essa condição de homo sacer gera a possibilidade de exploração econômica, pois o trabalhador imigrante é funcional ao sistema produtivo, mas permanece vulnerável e descartável, sem as proteções jurídicas plenas. O homo sacer é a forma radical da expulsão do outro da esfera do direito (AGAMBEN, 2010) e o imigrante ocupa esse lugar: ele pode ser matável e sua morte, inclusive, é normalizada, já que não causa grande comoção política ou jurídica; e também é insacrificável, já que sua vida não tem valor e não gera responsabilização.

Agamben (2010) também discute como o campo de concentração se torna, no século XX, o paradigma dos espaços políticos contemporâneos: espaços onde a lei é suspensa e, paradoxalmente, aplicável na forma de exceção. O imigrante, especialmente nas fronteiras ou em centros de detenção, é frequentemente colocado numa zona de indistinção entre o dentro e o fora da ordem jurídica. Isso ajuda a pensar a ideia de “inimigo construído”: o imigrante é identificado como uma ameaça potencial (econômica, cultural ou securitária) e, por isso, acaba segregado, vigiado ou expulso, não obstante sua condição humana e suas motivações legítimas. Os espaços de confinamento e vigilância, como campos de refugiados, centros de detenção e fronteiras militarizadas, são expressões concretas dessa lógica.

Agamben (2010) propõe o conceito de vida nua, o qual não representa uma suposta condição natural do ser humano, quer dizer, não representa a vida biológica em sua dimensão meramente animal. Ao contrário, vida nua é uma forma de existência politicamente produzida, uma vida transformada e reduzida à sobrevivência biológica por mecanismos específicos de poder. Para Agamben (2010), a relação entre política e vida se estabelece precisamente por meio da capacidade soberana de decidir sobre o estatuto da vida. É o poder soberano que, ao instituir a exceção como paradigma do governo, fabrica a vida nua de alguns sujeitos, destituindo-os de seus direitos e proteções.

A noção de "vida nua" revela a situação extrema de quem é lançado a uma existência precária, despojado de direitos, expulso da comunidade política e forçado a habitar um permanente estado de exceção. Essa condição atravessa a história: desde o *homo sacer* da Roma antiga, passando pelos prisioneiros de Guantánamo, até as vítimas dos campos de concentração nazistas e, atualmente, as condições do imigrante nos EUA e a política trumpista. O que esses exemplos demonstram é que os aparatos estatais produzem ativamente formas de exclusão jurídica. O poder soberano opera precisamente através da capacidade de definir quem merece proteção e quem pode ser abandonado à própria sorte, além de estabelecer os limites entre ordem e caos, entre vida digna e existência descartável.

Agamben (2004) mostra como a exceção, a suspensão temporária da ordem jurídica, se transformou numa técnica permanente de governo. A gestão dos fluxos migratórios revela essa lógica: em nome da segurança nacional ou da proteção econômica, os Estados suspendem direitos fundamentais para determinados grupos (como solicitantes de refúgio ou migrantes indocumentados). Assim, o imigrante é transformado em inimigo político, frequentemente por meio de dispositivos legais e burocráticos que normalizam a exceção.

O imigrante configura-se como a expressão simbólica de contradições internas de uma sociedade, sendo necessário e indesejado, ao mesmo tempo. Por um lado, depende economicamente de sua força de trabalho, como evidenciam os dados do USDA (2022), segundo os quais aproximadamente 45% dos trabalhadores rurais nos Estados Unidos são imigrantes indocumentados. Por outro lado, parte significativa da sociedade insiste em negá-lo enquanto sujeito legítimo. Nesse processo, projeta-se sobre ele a responsabilidade por crises sociais complexas, reforçando narrativas de culpabilização que ocultam as estruturas reais de desigualdade e exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do imigrante como paradoxo, simultaneamente explorado economicamente e construído como inimigo, evidencia a complexidade das dinâmicas sociais, políticas e espaciais que moldam a mobilidade humana no mundo contemporâneo. A partir da perspectiva geográfica, torna-se evidente que o ser humano, enquanto agente transformador do espaço, não atua de maneira isolada, mas inserido em estruturas de poder que condicionam e, muitas vezes, restringem suas possibilidades de ação e pertencimento.

O diálogo com os aportes teóricos de Agamben (2004 e 2010) e Mbembe (2018 e 2021) permitiu aprofundar a compreensão sobre as múltiplas formas de violência que incidem sobre o imigrante: desde a sua redução à "vida nua", vulnerável à exploração e à exclusão, até a sua exposição às práticas necropolíticas que definem quem tem o direito de mobilidade e quem está condenado à marginalização ou à morte. Assim, a figura do imigrante revela-se como um marcador central das contradições do espaço social global, funcionando tanto como engrenagem essencial das economias neoliberais quanto como alvo privilegiado de políticas securitárias e discursos xenofóbicos.

Nessa conjuntura, reconhece-se que o imigrante ocupa uma posição ambígua na sociedade contemporânea, isto é: sua presença é tolerada e até incentivada enquanto força produtiva essencial para a economia, especialmente em setores marcados pela precarização do trabalho. Contudo, essa tolerância é limitada, pois ele é sistematicamente excluído da plena fruição dos direitos políticos e sociais, permanecendo à margem das garantias que definem a cidadania plena. Essa condição revela um mecanismo estrutural que permite a exploração econômica ao mesmo tempo em que reforça sua vulnerabilidade política e social, perpetuando desigualdades e formas sutis de exclusão dentro do espaço social.

Reconhecer essa condição paradoxal é fundamental para pensar criticamente os processos de produção do espaço e as formas de resistência que emergem a partir das experiências migratórias. Mais do que um objeto passivo, o imigrante deve ser compreendido como sujeito que, apesar das violências que sofre, também constrói, transforma e reinventa os territórios por onde transita. Nesse sentido, repensar as políticas migratórias, as fronteiras e as categorias tradicionais de cidadania torna-se uma tarefa urgente para a construção de sociedades mais justas, acolhedoras e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AMERICAN CIVIL LIBERTIES UNION (ACLU). **Zero tolerance**. 2023. Disponível em: <https://www.aclu.org/issue/immigrants-rights/zero-tolerance>. Acesso em: 31 maio 2025.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BECKER, Olga Maria Schild. *Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Daniel Lopes. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARX, Karl. **O capital**. Vol. 1, Livro 1, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 394 p.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1 edições, 2021.
- MORMUL, Najla Mehanna. **As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934–2010): permanências, transformações e rupturas**. 2013. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste paranaense**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades urbanas – um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 1998.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Farm Labor**. Washington, D.C.: Economic Research Service, 2023. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/topics/farm-economy/farm-labor/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Enviado em 17/07/2024
Aprovado em 24/02/2025